



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

RELATÓRIO

1. **PROCESSO: 21000.042507/2025-77**

1.1. Tratam-se os autos do Pregão Eletrônico, sob o n.º 90024/2025, para aquisição de máquinas e equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

1.2. Os itens **22** e **25** tiveram suas propostas apresentadas pela empresa **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA** inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01 (SEI 49326193), no qual após análise pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, aceitou e a habilitou, conforme Despachos 9 e 29 (SEI 49332186 e 50160450).

2. **PARTES**

2.1. **RECORRENTE:** XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, (SEI 50362717).

2.2. **RECORRIDA:** SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01, (SEI 50465180).

3. **DAS PRELIMINARES**

3.1. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, por parte da Recorrente, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

4. **DAS FORMALIDADES LEGAIS**

4.1. Na sessão pública do Pregão em referência, realizada em 30/01/2026, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação, restando estabelecida a data de 10/02/2025 como prazo final para apresentação de recurso, tendo sido apresentadas as razões do recurso no prazo estabelecido.

4.2. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação da decisão de habilitação do fornecedor **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA** inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01, que motivou o recurso em face às suas alegações.

4.3. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto no item 13 do instrumento convocatório - Edital 90024-2025 - (SEI 48875943), nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.,

5. **DAS RAZÕES RECURSAIS**

5.1. A RECORRENTE insurge-se contra a decisão do Pregoeiro quanto à habilitação do fornecedor **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA** inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01, alegando em síntese que:

(...)

- II - DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

A XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. possui inquestionável legitimidade para interpor o presente recurso, por ser licitante no Pregão Eletrônico nº 90024/2025 e ter interesse direto na anulação da decisão de habilitação das Recorridas do presente certame.

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, em sua Seção 11, intitulada "Dos Recursos", estabelece expressamente a possibilidade de interposição de recurso referente ao julgamento das propostas e à habilitação ou inabilitação de licitantes, observando o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

[imagem]

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, conforme item 13.2 do Edital. A intenção de recorrer foi manifestada tempestivamente e as presentes razões recursais são apresentadas dentro do prazo legal. A data deste protocolo está em estrita conformidade com o prazo estabelecido pela Administração, garantindo a plena eficácia do direito de recorrer assegurado à Recorrente.

A interposição do presente recurso é, ademais, fundamental para assegurar a observância dos princípios da legalidade e da competitividade, que são pilares das licitações públicas. O questionamento das decisões que afetam a regularidade e a lisura do certame é um direito e um dever dos licitantes, contribuindo para a correção de eventuais desvios e para a proteção do interesse público subjacente à contratação administrativa. A presente peça recursal está respaldada nas normas editalícias e na legislação aplicável, configurando-se como instrumento legítimo para a busca da retidão do procedimento.

- III - DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA DOS ITENS 22 E 25

Para os itens 22 e 25, que envolvem a aquisição de tratores agrícolas, o Termo de Referência delineou um conjunto de requisitos particularmente sensíveis, dada a natureza dos bens e os impactos de sua utilização. Dentre essas exigências, destacam-se:

A. Qualificação Econômico-Financeira – Insuficiência do Patrimônio Líquido

A Cláusula 9.25 do Termo de Referência, impõe que, no caso de propostas para múltiplos itens, o licitante deve comprovar um patrimônio líquido "correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor". Esta medida é vital para aferir a capacidade da empresa de suportar financeiramente o vulto das contratações acumuladas.

[imagem]

O Termo de Referência estabelece, em sua Cláusula 9.25, um critério específico e mandatório para a qualificação econômico-financeira de licitantes que, como a SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., apresentam propostas para múltiplos itens. A mencionada cláusula exige que o fornecedor "deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor". Esta disposição tem por objetivo precípuo salvaguardar o interesse público, garantindo que a empresa detentora da proposta mais vantajosa possua a robustez financeira necessária para honrar todos os compromissos assumidos, minimizando riscos de inexecução contratual por insolvência.

A SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. apresentou propostas válidas para os itens 22 e 25 do certame. Para o Item 22, o valor total proposto foi de R\$ 46.764.000,00, e para o Item 25, o valor total proposto foi de R\$ 15.238.800,00. Desse modo, o somatório dos valores correspondentes à

totalidade da proposta da licitante atinge a expressiva quantia de R\$ 62.002.800,00.

Em cotejo com os dados financeiros da empresa, o Balanço Patrimonial referente ao exercício social de 2024, devidamente assinado por profissional habilitado da área contábil, indica que o Patrimônio Líquido da SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. é de R\$ 37.601.189,55. Vejamos:

[imagem]

Ao confrontar o Patrimônio Líquido apurado (R\$ 37.601.189,55) com o montante total para o qual a empresa se propôs a contratar (R\$ 62.002.800,00), torna-se evidente que o Patrimônio Líquido da licitante é substancialmente inferior ao exigido pela Cláusula 9.25 do Termo de Referência.

A diferença de mais de vinte e quatro milhões de reais (R\$ 62.002.800,00 - R\$ 37.601.189,55 = R\$ 24.401.610,45) configura uma falha grave e insanável na qualificação econômico-financeira. A manutenção de um licitante em tais condições contraria a prudência administrativa e eleva os riscos de descumprimento contratual, impactando negativamente a continuidade dos serviços públicos e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários.

A exigência de um patrimônio líquido que corresponda ao valor total da contratação é uma salvaguarda contra empresas que, embora possam ter propostas tecnicamente adequadas, careçam da base financeira para assegurar a execução de todas as obrigações simultaneamente. Portanto, a inabilitação da empresa Recorrida é medida que se impõe, pela qual a Recorrente pleiteia desde já.

B. Requisitos de Sustentabilidade e Conformidade Ambiental (LCVM):

As Cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência exigem que os equipamentos ofertados possuam a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM), e que este documento, apresentado no momento da habilitação, "evidencie" o atendimento à "fase de atendimento; MAR I" do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE). A clareza na LCVM quanto a essa fase é um critério essencial para garantir a aderência dos bens às normas ambientais vigentes.

[imagem]

A aderência às normas ambientais é um critério de habilitação indispensável, conforme veiculado no Termo de Referência. Especificamente, a Cláusula 4.2.3 impõe uma condição clara: "Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ('LCVM') fase de atendimento; MAR I". A complementá-la, a Cláusula 4.2.4 detalha que, "No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ('LCVM') emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE".

A finalidade dessas exigências é assegurar que os veículos a serem adquiridos observem os padrões de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental brasileira, contribuindo para a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

Em resposta à diligência da Comissão de Licitação, a empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. apresentou a Revalidação nº 103666 da LCVM, emitida em 18/12/2025 e válida até 31 de dezembro de 2026. Ao examinar este documento, verifica-se que, apesar de informar sobre o motor (WP3.2G80E316) e o combustível (Diesel), não há no corpo da revalidação qualquer menção explícita à "FASE DE ATENDIMENTO DO PROCONVE MAR I".

A própria licitante, em sua "resposta à diligência - comprovação de atendimento ao PROCONVE MAR 1", reconheceu a omissão na revalidação, declarando:

[imagem]

Contudo, essa afirmação da licitante apresenta uma inconsistência factual grave. A Licença Original nº 97565, emitida em 17 de junho de 2024, que foi

fornecida como parte do processo de diligência, explicitamente detalha no campo "2 CONFIGURAÇÃO DO MOTOR": "MOTOR WP3.2G80E316 COMBUSTÍVEL DIESEL FASE DE ATENDIMENTO DO PROCONVE MAR 1 QUANTIDADE Ilimitado".

Ainda que a licença original de fato contenha a informação, o Termo de Referência, em sua Cláusula 4.2.4, exige que a LCVM apresentada no momento da habilitação seja aquela que "evidencie" o atendimento à fase PROCONVE. A revalidação nº 103666, sendo o documento mais recente e vigente apresentado para a habilitação, deveria, por si só, conter tal evidência de forma clara e inequívoca, conforme a literalidade do edital.

A dependência de um documento anterior e já expirado para complementar a informação do documento vigente, ainda mais quando o próprio licitante inicialmente declarou que o documento original não continha a informação (quando na verdade continha), demonstra uma falha na correta apresentação e organização da documentação, além de configurar uma declaração inverídica nos autos do processo. A ausência da menção explícita na LCVM revalidada e apresentada viola, portanto, as Cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência, caracterizando uma não conformidade insuperável para fins de habilitação.

[imagem]

Ademais, a LCVM é um documento específico que atesta a conformidade ambiental de veículos ou motores e deve estar em nome do fabricante, importador ou responsável pela comercialização do produto no mercado nacional. A apresentação de uma LCVM em nome de uma terceira empresa, que não a própria licitante ou o fabricante diretamente vinculado à licitante (neste caso, LOVOL), constitui uma falha crítica no atendimento ao requisito editalício, pois não comprova que o produto ofertado pela SOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIAS LTDA. possui a devida licença em nome da empresa proponente.

A empresa Recorrente, inclusive, foi desclassificada no Pregão Eletrônico nº 90010/2025, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, quanto aos itens 26 ao 30, pelo menos motivo que ora se impugna. Veja-se a Nota Técnica abaixo colacionada:

[imagem]

Embora haja uma declaração da importadora Suprema Soluções em Máquinas Agrícolas Ltda. mencionando a como sua distribuidora, não, sequer, qualquer menção à empresa WANVE. A exigência do Termo de Referência é clara quanto à apresentação da LCVM que evidencie o atendimento às fases exigidas. A ausência da LCVM diretamente em nome da empresa Recorrida para o modelo de trator ofertado inviabiliza a comprovação da conformidade ambiental do produto sob a responsabilidade da licitante.

Diante disso, pleiteia-se a desclassificação da empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., em virtude da ausência de cumprimento dos requisitos exigidos no edital do presente certame, em consonância com os princípios intrínsecos aos procedimentos licitatórios, principalmente, o da isonomia e ampla concorrência.

C. Qualificação Técnica Específica para Assistência Técnica da Marca Ofertada:

A Cláusula 5.18 do Termo de Referência estabelece:

[imagem]

Este requisito visa garantir a disponibilidade de suporte técnico qualificado e especializado para os equipamentos durante o período de garantia, assegurando a operacionalidade e a longevidade dos bens adquiridos. A inclusão da expressão "da marca ofertada" é fundamental e visa garantir que o suporte técnico seja especializado e adequado aos equipamentos que serão efetivamente fornecidos.

A empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. apresentou proposta para fornecer tratores da marca LOVOL. Desse modo, a estrita observância do

Termo de Referência demandava que a licitante apresentasse documentos que atestassem sua experiência de, no mínimo, 12 meses na prestação de serviços de assistência técnica especificamente para a marca LOVOL.

Ao analisar os múltiplos atestados de capacidade técnica e os documentos comprobatórios de experiência acostados aos autos pela licitante, verifica-se que nenhum deles atesta a experiência exigida para a marca LOVOL. Pelo contrário, todos os atestados fazem referência a outras marcas de tratores agrícolas, a saber:

Mahindra: Comprovada por meio de atestados da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul/PR, da Prefeitura Municipal de Piên/PR, da CIDAMAQ Máquinas e Implementos Agrícolas, da Terra Viva Comércio e Representações, e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Montana Solis / Solis: Atestada pela Prefeitura Municipal de Contenda/PR, pela Prefeitura Municipal de Estância-SE, pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia - SEAGRI-BA, e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará - SEDAP-PA.

YanMar Solis: Documentada em atestado da CIDAMAQ Máquinas e Implementos Agrícolas.

Embora a empresa tenha apresentado declarações da fabricante (Weichai Lovol) e da importadora (Suprema Soluções em Máquinas Agrícolas Ltda.), que atestam a SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. como distribuidora e com rede de assistência técnica para a marca LOVOL, estas declarações são genéricas e não suprem a exigência da Cláusula 5.18 do Termo de Referência.

A referida cláusula demanda a comprovação de experiência mínima de 12 meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, e não apenas a autorização para ser distribuidor ou para possuir uma rede de assistência. A experiência, neste contexto, implica a demonstração de efetiva e comprovada atuação com a marca LOVOL por meio de documentos específicos que a atestem durante o período mínimo exigido. A ausência de tal comprovação desqualifica a licitante no requisito de qualificação técnica, uma vez que a experiência com outras marcas, embora relevantes, não é substitutiva àquela expressamente requerida para a marca dos bens a serem contratados.

Logo, a Recorrida descumpriu as regras editalícias, ferindo um dos principais princípios que regem o processo licitatório, como será visto a seguir. Diante disso, a sua inabilitação é medida que se impõe e o que desde já a Recorrente requer à este Ilustre Pregoeiro.

- V - FUNDAMENTOS DE DIREITO

PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL SUBORDINAÇÃO ÀS REGRAS DO EDITAL

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pilar fundamental de todo o regime licitatório, exige o cumprimento irrestrito de todas as condições estabelecidas no Edital. A ausência de comprovação de todos os requisitos exigidos no Edital, bem como em todos os seus anexos, constitui uma afronta à legalidade, à moralidade, à isonomia e, principalmente, ao próprio Edital, que impõe a inabilitação para este cenário.

É um pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, positivados no artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, consagrou-se expressamente a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, dentre outros, em especial a vinculação ao edital (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.

A Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, prescreve que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, *ipsis litteris*.

Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)”

Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

Sem embargos de duntas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema importância para o julgamento das propostas e análise da habilitação, pois, além de evitar a alteração de critérios de julgamento e de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração, evita-se qualquer brecha para privilegiar ou perseguir qualquer participante, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e a probidade, ao não permitir que as regras estabelecidas no Edital não sejam descumpridas pela Administração ou pelos licitantes.

A somar, o entendimento do Tribunal de Contas da União é claro ao refutar os casos em que a Administração Pública não obedece às diretrizes traçadas no Edital. Veja:

“(...) Pedido de reexame. Representação. Violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Negativa de provimento [VOTO] 4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: “A Administração não

pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. (...)”

O Superior Tribunal de Justiça consagrou no tocante à ampla competitividade inerente às licitações públicas:

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335). Recurso especial não conhecido. 1 (Grifamos)

Desta forma, impõe-se a anulação dos atos de habilitação e a consequente inabilitação da referida empresa para os itens 22 e 25, procedendo-se ao chamamento dos licitantes subsequentes e, não o sendo, a Recorrente requer seja o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, sob pena de responsabilidade, nos termos do § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

- VI - DUPLO GRAU REMESSA À AUTORIDADE SUPERIOR

O direito à “revisão” ou “duplo grau” da decisão administrativa no âmbito das licitações é assegurado pelo § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, in verbis (sem grifo):

- Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: § 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Não se pode olvidar, outrossim, que o direito à revisão das decisões administrativas é amplamente amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus princípios de acesso à justiça, da ampla defesa e do contraditório, relação com a qual a renomada jurista e professora Dra. Lucia Valle Figueiredo esclarece que o direito ao duplo grau é inerente ao contraditório e a ampla defesa, in verbis (sem grifo):

“O direito ao ‘duplo grau’ ou à revisibilidade é inerente ao contraditório e à ampla defesa, ou seja, o direito à revisão do decidido singularmente, quer sejam atos administrativos, que atinjam o administrado, quer seja em processos sancionatórios e/ou disciplinares.”

Por todo o exposto, na hipótese de as razões recursais não serem reconsideradas pelo ilustre Pregoeiro, o que seria um desatino, requer que o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, sob pena de responsabilidade, nos termos do § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

6. DO PEDIDO DA RECORRENTE

6.1. Diante de todo o exposto, e em estrita observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a Recorrente, XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., vem, respeitosamente, perante a Autoridade Competente, requerer, nos termos da Lei 14.133/2021:

1. CONHECER o presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e atender a todos os requisitos formais e materiais exigidos pelo Edital;
2. RECONSIDERAR o ato que manteve a habilitação da empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIAS LTDA. para os itens 22 e 25, ou, subsidiariamente, remeter o recurso à Autoridade Superior, conforme item

13.5 do Edital, para que seja proferida a decisão final;

3. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO integral ao Recurso, para que:

a) Seja declarada a INABILITAÇÃO da empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIAS LTDA. para os Itens 22 e 25, em virtude do não cumprimento das exigências de habilitação relativas à insuficiência de patrimônio líquido para ofertar proposta para mais de um item, neste certame, conforme cláusula 9.25, do Termo de Referência, bem como ausência de apresentação de LCVI, de acordo com as cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Termo de Referência e ausência de comprovação de assistência técnica para a marca ofertada (LOVOL), em descumprimento à cláusula 5.18, do mesmo Termo de Referência.

4. Como consequência do provimento, seja determinada a imediata reanálise da ordem de classificação dos Itens 22 e 25, promovendo-se a adjudicação do objeto aos licitantes subsequentes que atendam integralmente às exigências editalícias.

5. Determinar o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, convocando-se a Recorrente, XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., para a etapa de negociação e verificação de sua proposta, em conformidade com a ordem de classificação legal.

6. Seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso tendo em vista a verossimilhança dos fatos e a probabilidade do direito aqui e ora vindicado e a eminência de dano irreparável ou de difícil reparação para a Administração Pública;

7. Seja feita a comunicação dos demais participantes para que, caso queiram, apresentem contrarrazões ao presente recurso administrativo;

8. De forma alternativa, caso a r. decisão recorrida não seja retratada pelo ilustre Pregoeiro, requer que o presente recurso administrativo seja devidamente instruído e remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento;

9. Seja enviado cópia integral da licitação para o Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para que tomem conhecimento e providências sobre as irregularidades aqui e ora apresentadas.

6.2. A Recorrente reitera o seu compromisso com a legalidade do processo e aguarda o integral acolhimento dos argumentos apresentados, visando a seleção de um fornecedor que efetivamente atenda aos requisitos técnicos exigidos, garantindo-se, assim, a contratação de máquinas pesadas adequadas e seguras para a Administração Pública.

7. DAS CONTRARRAZÕES

7.1. A RECORRIDA, contrapõe em termos gerais que:

(...)

3. DAS RAZÕES RECURSAIS ORA ATACADAS

A recorrente busca indevidamente criar regras inexistentes no processo licitatório, maculando o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

É cediço que este princípio basilar é garantia do administrador e dos administrados, não se tratam, portanto, de meras formalidades, mas de condições que modelam a idoneidade do certame.

Nesse sentido, as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos, do contrário, poderá haver privilégios, de tal sorte que, se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância e não pode sofrer mitigação ou fragilidade por parte do administrador sem as cautelas legais

necessárias a manter a lisura e o equilíbrio entres os licitantes.

Quer o princípio em destaque evitar as mudanças das regras do jogo de forma tendenciosa. A alteração de critérios, sem o devido cuidado, além de macular a idoneidade do certame, promove a incerteza dos interessados do que pretende a Administração.

O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

No caso em textilha, a RECORRIDA venceu de forma limpa, pois ofertou seu melhor preço em total sintonia com as exigências contidas no edital, e ao final foi declarada vencedora, tendo em vista apresentar a melhor proposta em face do interesse público com base em critérios objetivos estabelecidos no edital de convocação.

A RECORRENTE, por outro lado, pretende criar uma suposta irregularidade insanável, que maculasse a imparcialidade do julgamento, ou que violasse o princípio da legalidade e do instrumento convocatório, a que estão submetidos os licitantes, absolutamente desprovida de fundamento até aos olhos do mais inexperiente operador do direito, razão suficiente para negar se integralmente provimento ao atacado recurso.

3.1. 3.1.1. DA REGULARIDADE DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Recorrente alega uma suposta insuficiência de Patrimônio Líquido (PL) para a arrematação dos itens 22 e 25. Contudo, a análise da habilitação deve pautar-se pelo princípio da razoabilidade e pela finalidade da norma.

A Recorrida cumpriu os requisitos de qualificação econômico-financeira estabelecidos no item 9 do Edital, demonstrando saúde financeira compatível com a execução do contrato. A interpretação extensiva pretendida pela Recorrente sobre o somatório de itens visa apenas restringir a competitividade, o que é vedado pela Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. Do cumprimento do item 9.24 do termo de referência

Diferente do que afirma a Recorrente, a habilitação econômica não deve ser lida de forma isolada ou distorcida.

A partir do item 9.21 do termo de referência estabelece os critérios de saúde financeira.

O item 9.23 traz regras quanto ao balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e índices econômicos.

O item 9.24 rege que:

[imagem]

Assim, em consonância ao item 9.24, a comprovação de patrimônio líquido mínimo é de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação e se o fornecedor sagrar-se vencedor de mais que um item deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens.

Logo, a recorrida sagrou-se vencedora dos itens 22 e 25, deve comprovar PL de 10% do somatório total desses itens, vejamos:

Cálculo Real: Valor da Proposta

(Item 22): R\$ 46.764.000,00

(Item 25): R\$ 15.238.800,00

Somatório das Propostas: R\$ 62.002.800,00

PL Exigido (10% do somatório): R\$ 6.200.280,00

Em seu balanço patrimonial do último exercício a recorrida aponta um Patrimônio Líquido de R\$ 37.601.189,55, portanto, a Solução possui 6 vezes o valor do PL exigido pelo edital.

A XCMG fundamenta sua tese no item 9.25 para falar de somatório de PL.

Contudo, no Termo de Referência, o item 9.25 trata exclusivamente da necessidade de os índices (LG, SG, LC) serem atingidos nos últimos dois

exercícios sociais. O item que trata de PL é o 9.24:

[imagem]

É evidente a tentativa da recorrente de ludibriar o julgador ao citar erroneamente o item 9.25 e distorcer a regra de cálculo, pretendendo que a Administração exija um PL correspondente a 100% do valor da proposta.

Tal pretensão, além de não estar escrita no edital, seria flagrantemente ilegal por violar o limite de 10% imposto pelo Art. 69, II, da Lei 14.133/2021. A peça recursal carece, portanto, de qualquer base jurídica ou lógica.

Diferente do que alega a Recorrente, a empresa Recorrida cumpriu integralmente o disposto no item 9.24 do Termo de Referência.

3.2. DA VALIDADE DOS CERTIFICADOS LCVM E A ATUAÇÃO DA WANVE.

Cada LCVM possui chave identificadora que permite consulta direta no sistema eletrônico do IBAMA, possibilitando:

Verificação pública de autenticidade;

Confirmação da configuração homologada;

Rastreabilidade do enquadramento ambiental.

A Recorrente alega que a Licença de Veículos e Motores (LCVM) apresentada seria inválida por estar em nome da empresa WANVE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO E INSPEÇÃO LTDA., e não em nome da fabricante Lovol ou da licitante.

Contudo, conforme demonstra o documento "Diligencia LCVM_completa.pdf", a WANVE é a empresa certificadora e representante legal técnica contratada pela fabricante Lovol para processar e deter as homologações ambientais junto ao IBAMA no Brasil.

No presente certame, a diligência realizada sanou integralmente as dúvidas técnicas do Pregoeiro quanto à LCVM e sua revalidação.

Há, portanto:

- ✓ Presunção legal de legitimidade
- ✓ Verificabilidade em base oficial
- ✓ Saneamento técnico já realizado

Quanto ao questionamento sobre as licenças ambientais (LCVM) e o programa PROCONVE (fase MAR I), é necessário esclarecer a realidade técnica e documental:

A empresa WANVE é a certificadora oficial devidamente contratada pelo fabricante Lovol para a obtenção dos certificados LCVM dos tratores comercializados no Brasil.

O fato de o documento estar em nome da certificadora decorre do processo administrativo ambiental brasileiro, onde a representante técnica responde pela homologação junto aos órgãos competentes.

A validade do documento e o atendimento às normas ambientais exigidas no Termo de Referência (cláusulas 4.2.3 e 4.2.4) foram devidamente atestados pela fabricante, não havendo qualquer vício que desclassifique o produto.

A Recorrente tenta desqualificar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) apresentada, ignorando que tal documento é um ato administrativo dotado de fé pública.

Conforme preceitua a Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados e aos Municípios "recusar fé aos documentos públicos".

A LCVM apresentada pela Recorrida foi emitida pelo IBAMA, órgão ambiental federal competente. Portanto, goza de presunção de veracidade.

Para que a validade deste documento fosse afastada, caberia à Recorrente o ônus da prova de qualquer irregularidade ou falsidade material, o que não ocorreu. Meras suposições sobre a titularidade da certificadora (WANVE) não têm o condão de anular a fé pública de um certificado oficial.

Trata-se de uma prática padrão de mercado para fabricantes estrangeiros que utilizam representantes técnicos especializados para o cumprimento das

normas do PROCONVE (MAR I).

O Termo de Referência (Item 4.2.3) exige a comprovação de atendimento aos índices de emissão de poluentes, o que foi plenamente satisfeito pelo documento emitido pelo órgão ambiental competente (IBAMA), vinculando o motor WP3.2G80E316 ao equipamento ofertado, em se tratando de trator temos um conjunto de componentes (membros) e o motor (coração) é componente principal, ele é responsável pelo funcionamento do produto final montado, sem ele o que se tem é a carcaça, sem finalidade ou funcionalidade.

O LCVM emitido para o motor é o documento técnico que valida as especificações daquele "coração" que equipa o chassi (corpo) específico. Assim, O LCVM certifica a conformidade do motor X, que é o componente original e integrante do trator com chassi Y.

Os atos da Administração Pública, como a emissão de licenças e a realização de diligências saneadoras, possuem presunção de legitimidade. Ao realizar a diligência, o pregoeiro confirmou a autenticidade e o nexó técnico do documento.

A exigência de que o documento esteja exclusivamente em nome do fabricante ou do licitante, ignorando a figura do representante técnico ou certificador, caracteriza formalismo exacerbado, o que é repellido pelo Tribunal de Contas da União.

O TCU possui entendimento pacificado de que a Administração deve buscar a verdade material, não podendo desclassificar propostas que atendem aos requisitos técnicos por meras questões formais na titularidade de documentos de terceiros, desde que o nexó entre o produto e a certificação seja claro, o que ocorrer além disso é macula ao princípio de vinculação ao ato convocatório e ao princípio do formalismo moderado e a primazia do interesse público.

Com efeito, o Poder Judiciário se inclina em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser. Nesse sentido, cita-se a seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal², verbis:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (grifamos).

A pretensão da Recorrente em desclassificar a melhor proposta baseando-se em interpretações rígidas sobre a titularidade do LCVM afronta o espírito da Lei nº 14.133/2021. Conforme a tese consolidada pelos Tribunais Superiores e pelo TCU, a rigidez procedimental deve ceder sempre que o interesse público estiver preservado.

O fato de o certificado LCVM estar em nome da certificadora WANVE (representante técnica da fabricante) em nada alterou a disputa de preços. A Recorrida não obteve vantagem ilícita, nem a Recorrente foi prejudicada em sua capacidade de formular proposta.

Se o órgão emissor (IBAMA) expediu a licença e o órgão licitante (MAPA) a validou via diligência, a tentativa da Recorrente de "anular" o documento é uma afronta direta à segurança jurídica e à autoridade dos órgãos públicos envolvidos.

O objetivo da exigência do LCVM no Termo de Referência é garantir que o motor atenda aos índices ambientais (PROCONVE MAR-I). Uma vez que a diligência do Pregoeiro confirmou que o motor WP3.2G80E316, coração do trator Lovol 754, possui tal certificação, a finalidade da norma foi atingida.

Solicitar a desclassificação da proposta mais vantajosa por uma questão de

"nome no papel" seria punir a Administração Pública, obrigando-a a contratar um objeto mais caro (da Recorrente) sem qualquer ganho técnico ou ambiental.

Como bem aponta a doutrina e o Acórdão 2302/2014-TCU-Plenário, o excesso de rigor que leva à exclusão de propostas vantajosas é uma falha grave na condução do certame.

A Administração deve evitar o 'fetiche da forma'. Se a irregularidade não comprometeu a igualdade, a objetividade ou a vantajosidade, a manutenção do ato de habilitação é um imperativo do princípio da economicidade.

O julgamento das propostas não é um exercício de obstáculos burocráticos, mas um processo de seleção da melhor oferta. Se o produto é certificado e o preço é o menor, a formalidade deve servir ao processo, e não o processo escravizar-se à forma.

A adjudicação deve recair sobre quem oferece o melhor preço, desde que as falhas sejam sanáveis — como é o caso presente, onde a diligência saneou qualquer dúvida.

O saneamento de dúvidas via diligência é um poder-dever do Pregoeiro para a busca da verdade material, o que foi plenamente satisfeito em relação ao LCVN apresentado. É inadmissível que a Recorrente pretenda usurpar o juízo de valor do órgão licitante pelo seu próprio, tentando ditar o que deve ser aceito, quando a autoridade competente já validou a eficácia técnica do documento e a fidedignidade das informações.

A insurgência da Recorrente quanto à LCVN beira a má-fé processual, uma vez que busca desconstituir um documento público oficial sem qualquer prova de vício.

É princípio basilar do Direito Administrativo que os atos e documentos públicos gozam de presunção de legitimidade e veracidade.

Ao questionar a validade de uma licença emitida pelo IBAMA e validada pelo Pregoeiro em sede de diligência, a Recorrente ignora o Art. 19, inciso II, da Constituição Federal, que proíbe a recusa de fé aos documentos públicos. Sem a prova cabal de nulidade, o documento deve ser aceito em sua integralidade, prevalecendo o interesse público da proposta mais vantajosa e a soberania dos atos administrativos já praticados neste certame.

A XCMG também é uma empresa do ramo e sabe perfeitamente como funcionam as certificações via representantes.

O questionamento deles não é uma dúvida real, mas uma tentativa de obstaculizar o processo licitatório.

Assim, manutenção da habilitação da Recorrida é a única decisão que prestigia o interesse público.

A tentativa da Recorrente em "re-julgar" a diligência do Pregoeiro nada mais é do que uma manobra para eliminar a concorrência no tapetão, após ter sido derrotada no critério de julgamento objetivo: o menor preço.

O ônus de provar eventual invalidade seria da Recorrente — o que não ocorreu.

3.3. DA DISTINÇÃO ENTRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACIDADE TÉCNICA

Diferente da tese confusa apresentada pela Recorrente, a Recorrida demonstrou pleno atendimento ao item 5.17 do Termo de Referência. Por meio dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, restou provada a entrega satisfatória de equipamentos similares (tratores agrícolas), cumprindo o requisito de aptidão técnica previsto na Lei 14.133/2021.

É importante notar que a exigência de experiência anterior com a marca específica Lovol, sugerida pela Recorrente, é ilegal e restritiva, conforme pacificado pelo TCU.

Acórdão Acórdão 2829/2015-TCU-Plenário). Nesse passo, prosseguiu, para mitigar o risco de direcionamento da licitação, "é indispensável que

o órgão licitante, caso realize a indicação de marca específica no edital, observe a impessoalidade e, logo, esteja amparada em razões de ordem técnica, motivada e documentada, demonstrando que somente a adoção daquela marca específica pode satisfazer o interesse da Administração". Por fim, tendo em vista que o DLOG/MS não apresentara fundamentação técnica, laudo ou estudo que comprovasse a necessidade de exigir as tecnologias indicadas no edital, inferiu o relator que "o órgão realizou indicação expressa de marca específica, sem, todavia, ter sido apresentada a correspondente justificativa técnica, o que não pode ser convalidado por esta Corte". Nesses termos, acolheu o Tribunal a proposta da relatoria, para considerar procedente a Representação, assinando prazo para que o DLOG/MS "adote as providências necessárias no sentido de, exclusivamente em relação ao item 17 do pregão eletrônico SRP 12/2015, anular o procedimento licitatório, a ata de registro de preço e eventuais contratos, em razão de cláusula restritiva ao caráter competitivo do certame, evidenciada pela indicação de marcas específicas sem a correspondente justificativa técnica, contrariando os arts. 3º, caput e § 1º, 7º, § 5º, 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei 8.666/1993, o Enunciado 270 da Súmula de Jurisprudência do TCU e a jurisprudência do TCU".

A marca do trator anteriormente fornecido é irrelevante para fins de qualificação técnica, desde que o objeto seja compatível, atendendo assim ao item 5.17 do termo de referência. A exigência de rede de assistência técnica é uma obrigação contratual de execução e não um requisito impeditivo de habilitação. A Recorrida apresentou atestados que comprovam sua aptidão para o fornecimento de máquinas de natureza similar, atendendo plenamente ao critério de capacidade técnica previsto no Edital.

O Item 5.18 do Termo de Referência trata especificamente da Assistência Técnica – este item não se confunde com a qualificação técnica exigida para a habilitação (Atestados de Capacidade Técnica), regida pelo item 5.17 do TR – estabelecendo as condições para a prestação de serviços pós-venda, trata da infraestrutura de manutenção e novamente a Recorrente (XCMG) tenta confundir este item com habilitação técnica, mas ele é um requisito de execução contratual.

Quanto ao item 5.18, este versa sobre o compromisso de prestação de assistência técnica. A Recorrida instruiu o processo com Declaração de Assistência Técnica detalhada, indicando os pontos de suporte, incluindo a empresa Suprema Soluções para a região Sul e parceiros na região Nordeste, assegurando a manutenção pós-venda.

A Recorrente tenta fundir esses itens para exigir atestados de manutenção de uma marca específica (Lovol), o que é repellido pela jurisprudência do TCU, pois configuraria restrição indevida à competitividade. Conforme facultado pela Lei 14.133/2021 e pelo próprio TR, a assistência técnica pode ser prestada diretamente pela licitante, por empresa do mesmo grupo econômico ou por rede credenciada.

A declaração apresentada é um compromisso jurídico vinculante. Uma vez assinado o contrato, a não prestação do serviço nos moldes declarados ensejaria sanções, mas jamais a inabilitação prematura da empresa que apresentou o melhor preço. O Acórdão 2224/2024-TCU-Plenário - mencionado no próprio TR, item 9.31 – é claro ao definir que as exigências de assistência técnica devem ser interpretadas de modo a não impedir a participação de revendedores e distribuidores, desde que estes garantam o suporte técnico.

"A exigência de rede de assistência técnica deve ser comprovada no momento da execução, sendo suficiente, para a fase de habilitação, a declaração de compromisso ou a indicação da rede disponível".

Portanto, a Recorrida não apenas declarou o atendimento ao item 5.18, como demonstrou possuir uma rede sólida e capilarizada.

A tentativa da Recorrente de desqualificar tal comprovação demonstra apenas o receio da livre concorrência, visto que a documentação apresentada assegura ao Ministério da Agricultura a plena manutenção dos tratores Lovol,

unindo a economia do menor preço à segurança do suporte técnico especializado. A conduta da Recorrente revela-se nitidamente temerária, pautada por uma interpretação distorcida e maliciosa do arcabouço normativo que rege este certame.

Sob o manto de um suposto exercício de direito, a empresa busca induzir esta Administração ao erro, valendo-se de artifícios que desvirtuam a essência ética e competitiva do processo licitatório. É imperioso que o órgão julgador atue com a devida perspicácia para rechaçar manobras que visam tão somente o tumulto processual. A motivação da Recorrente é transparente: obstaculizar o curso do certame mediante alegações falaciosas, intentando subverter a isonomia para obter vantagem ilícita. Tal postura não apenas afronta a transparência e a honestidade exigidas dos licitantes, como também pretende impor à Administração Pública o ônus injustificável de contratar proposta economicamente desvantajosa, em flagrante prejuízo ao interesse público.

A insurgência da Recorrente revela-se desprovida de qualquer sustentáculo jurídico, configurando-se como uma tentativa deliberada de subverter a ordem processual e os princípios basilares que regem as contratações públicas. É princípio basilar que o Edital é a lei interna da licitação. Ao buscar impor critérios de habilitação não previstos originariamente no instrumento convocatório, a Recorrente afronta diretamente o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

A Administração Pública não pode, sob pena de nulidade, criar exigências "extrapauta" no curso do certame para beneficiar ou prejudicar licitantes. Qualquer interpretação que vá além do texto expresso do Edital e do Termo de Referência é uma ofensa à segurança jurídica e à isonomia que devem nortear o procedimento. O Princípio do Julgamento Objetivo atua como uma blindagem contra o subjetivismo e a discricionariedade indevida. O Pregoeiro, ao validar a documentação da Recorrida, agiu em estrita conformidade com os critérios de aferição previamente definidos. A tentativa da Recorrente de "legislar" sobre o processo licitatório, inventando óbices inexistentes, visa apenas induzir o julgador ao erro, substituindo a objetividade do Edital por critérios desconhecidos e parciais.

O julgamento deve ser pautado no que está escrito, e não nas aspirações particulares de um competidor. Por fim, a postura da Recorrente revela um descaso com o Princípio da Economicidade. Ao tentar desclassificar a proposta mais vantajosa — que atende plenamente aos requisitos técnicos — por meio de formalismos exacerbados, a Recorrente pretende impor à Administração o ônus de uma contratação mais onerosa.

A postura do Pregoeiro, ao rejeitar tais manobras, prestigia o interesse público e a eficiência administrativa, garantindo que o Estado adquira o melhor produto pelo menor custo, sem se curvar a interpretações maliciosas que visam apenas o tumulto processual. Nessa linha, o Princípio do Julgamento Objetivo assume papel importante, pois abarca justamente esta fase do procedimento licitatório: o julgamento, atrelando a Administração aos critérios de aferição previamente definidos no edital licitatório, com o objetivo de evitar que o julgamento seja realizado segundo critérios desconhecidos aos licitantes. Nesse sentido, Lucas da Rocha Furtado sublinha ainda que:

Julgamento objetivo significa, ademais, além de os critérios serem objetivos, que eles devem estar previamente definidos no edital. Não seria possível, por exemplo, querer a comissão de licitação, durante a realização do certame, escolher novos critérios para julgar as propostas apresentadas.

Estas exigências, rigorosamente àquelas estabelecidas no edital e termo de referência, foram integralmente atendidas.

Por fim, reafirmamos aqui a nossa capacidade e atuação com qualidade e dentro das normas, como sempre fizemos.

4. DA MÁ-FÉ

Fica claro na atuação da RECORRENTE que busca em seu recurso apenas criar

tumulto processual, assim como vem fazendo em outros processos dos quais a empresa participa. Apresentada a intenção de recurso na fase de julgamento da proposta, em 29 de dezembro de 2025, mas a peça recursal trata exclusivamente de habilitação, ocorrendo o desvio do objeto do recurso, violando a vinculação ao edital e ao rito procedimental, uma vez que a habilitação ocorreu somente em 05 de fevereiro de 2026. O edital e a lei delimitam o objeto do recurso conforme a fase, e o recorrente não pode inovar ou deslocar o debate para fase diversa.

Esse comportamento também prejudica o exercício do contraditório, pois a parte recorrida prepara sua defesa com base na intenção declarada (proposta), é surpreendida por argumentos estranhos à fase recursal (habilitação), isso configura surpresa processual, vedada no procedimento licitatório.

Traz ofensa à isonomia porque o recorrente passa a ter tratamento diferenciado, burlando as regras de preclusão e os outros licitantes que respeitaram a fase própria ficam em desvantagem. Compromete a previsibilidade do certame e enfraquece a estabilidade das decisões administrativas. A apresentação de razões recursais dissociadas da manifestação de intenção de recurso, tratando de matéria da fase de habilitação quando a insurgência foi declarada contra a proposta, viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como os princípios do contraditório, da ampla defesa, da isonomia e da segurança jurídica, sendo inadmissível a inovação recursal em fase diversa da legalmente prevista.

A Recorrente fundamenta sua peça em elementos estranhos à fase em que manifestou intenção de recurso, operando o que a doutrina chama de inovação recursal. Ao tentar reabrir discussões sobre a habilitação em sede de manifestação de recurso destinado exclusivamente à proposta, a empresa ignora o princípio da preclusão e o rito das fases licitatórias. Tal prática visa apenas confundir o julgador e retardar o desfecho do certame. A Nova Lei de Licitações estabelece em seu Art. 5º que todos os envolvidos no processo licitatório devem observar os princípios da probidade, da moralidade e da boa-fé. Ao interpor recurso com desvio de objeto, a Recorrente pratica o abuso do direito de recorrer, utilizando o processo administrativo como ferramenta de obstrução e não de controle de legalidade.

Conforme o Código de Processo Civil (Art. 80), aplicado subsidiariamente, litiga de má-fé aquele que "opuser resistência injustificada ao andamento do processo" e "interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório" A tentativa de "ludibriar" o julgador com interpretações obscuras e descontextualizadas das normas editalícias configura uma ofensa direta ao Dever de Transparência e Honestidade. A Recorrente pretende, de forma sórdida, que a Administração Pública abra mão da proposta mais vantajosa e econômica para abraçar uma tese jurídica inexistente, o que acarretaria em grave prejuízo ao Erário. O Código de Processo Civil, ao art. 80 e incisos seguintes, exemplifica as condutas que o jurisdicionado ao adotar incorrerá em litigância de má-fé. Senão, vejamos:

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- II - alterar a verdade dos fatos;
- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
- VI - provocar incidente manifestamente infundado;
- VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Também vale lembrar que os Art. 337-F e 337 - I do Código Penal, inovações adicionadas pela Lei 14.133/21, trazem a tipificação penal para os crimes imputados àqueles que agem visando a perturbação do processo

licitatório, frustrando ou fraudando com o objetivo de obtenção de vantagem e atentando à competição do processo, a saber:

FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO Artigo 337-F - Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: Lei 14.133, de 01/04/2021, art. 178 (acrescenta o artigo). Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

PERTURBAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021) Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Dito isso, deparando-se com indícios de ocorrência de crime, é imperativo ao gestor público desincumbir-se do ônus e remeter as peças do processo mediante a expedição de ofícios às autoridades competentes, a fim de que avaliem o cabimento da instauração dos devidos procedimentos para persecução penal. A conduta da Recorrente deve ser objeto de vigilância por parte desta Administração, uma vez que a interposição de recursos manifestamente improcedentes e protelatórios pode ensejar a aplicação de multas e sanções administrativas por impedimento ao bom andamento do certame.

5. DAS ALEGAÇÕES FINAIS

Cumpre lembrar qual a finalidade da licitação. Como ensina Elísio Augusto Velloso Bastos,:

Desta sorte, a licitação busca, ao fim de toda cadeia sequencial de atos e formalismos, alcançar proposta mais vantajosa, ou também menos gravosa a Administração Pública, e é para este aspecto que deve ser direcionado o certame.

Neste sentido, cumpre mencionar que esta Recorrida atendeu todos os requisitos de habilitação no certame in casu, e apresentou, dentre todos os competidores, a melhor oferta para prestação de serviço objeto da contratação. O mestre Marçal Justen Filho destaca o caráter inquestionável de uma licitação do tipo “menor preço” ao comentar o seguinte:

O preço representa o fator de maior relevância, em princípio, para seleção de qualquer proposta. A licitação sempre visa obter a melhor proposta pelo menor custo possível. Esse fator (menor custo possível) é ponto comum em toda e qualquer licitação. As exigências quanto à qualidade, prazo etc. podem variar caso a caso.

Ora, não restam dúvidas que esta RECORRIDA atendeu ao objetivo máximo do processo licitatório ao ofertar o melhor lance e se sagrar vencedora na etapa competitiva do certame, bem como obedeceu a todas as normas internas do processo, inclusive das condições de participação de elaboração da proposta de preços, nos termos devidamente consignados no edital vinculante. Deve ser observado objetivamente a estrita vinculação ao instrumento convocatório, como demonstramos com a justa participação no certame, ter cumprido todos requisitos indispensáveis a habilitação e validação de sua proposta. A eficiência nos atos administrativos, caminha no processo licitatório de mãos dadas a legalidade expressa, a vinculação ao instrumento convocatório, e a preservação da proposta mais vantajosa a administração pública, que conjuntamente a moralidade e probidade administrativa convertem inevitavelmente a melhor face de expressão do Princípio da República que está preservado nos atos do processo até o presente momento, vejam o escólio do douto Marçal Justen Filho :

2.1.1) O Princípio da República: Particulares interessados apresentarem-se perante a administração, competindo entre si, em condições de igualdade. O ideal vislumbrado pelo legislador é, por via da licitação, conduzir a administração a realizar o melhor contrato possível: obter a maior qualidade, pagando o menor preço. Rigorosamente, trata-se de desdobramento do princípio mais básico e fundamental que orienta a

atividade administrativa do estado: o princípio da república.

Logo, é determinante que a administração pública, na pessoa do pregoeiro que exerceu os atos no processo pugnado, não se afastou da égide da legalidade do estrito cumprimento de seu dever legal, munido do edital que estabeleceu as normas do processo em questão. O direito de recurso é universal e protegido constitucionalmente e na forma do art. 165 da Lei 14.133/2021, e Decreto nº 5.450/05, sempre respeitando o princípio da razoabilidade, o que vemos estar ausente nas pretensões da recorrente, que aqui simplesmente se utiliza do popular jargão denominado jus sperniandi, que não se confunde com o jus postulandi, esse, sim, sob a proteção acima referida.

O Tribunal de Contas da União exige certa qualificação da motivação de intenção recursal, de modo que os motivos apresentados pelo licitante possuam em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento, permitido ao Pregoeiro rejeitar intenções de cunho meramente protelatório (Acórdão nº 1.440/07- Plenário). Entendendo assim que o juízo de admissibilidade do recurso interpostos no procedimento de pregão pode ser realizado pelo pregoeiro, ou seja,

... a finalidade da norma, ao autorizar o pregoeiro examinar previamente a admissibilidade do recurso, é afastar do certame aquelas manifestações de licitantes de caráter meramente protelatório, seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilização da via recursal, seja por não atender aos requisitos extrínsecos, como o da tempestividade.” (Ministro Aroldo Cedraz – Acórdão nº1.440/07 - Plenário).

Infelizmente, no processo administrativo não é incomum que a mera insatisfação, acabe motivando manifestações recursais meramente protelatórias e infundas e muitas vezes buscando vantagens indevidas no processo de aquisição.

Dizemos isto, pois, a recorrente em suas alegações de recurso, navega no mar nebuloso de ilusões e incoerências, que se distancia da realidade dos fatos e de direito, com o único e exclusivo objetivo de protelar a adjudicação processual com o fim específico de trazer benefício a si. Nota-se isto, pela inépcia total das alegações postas contra os atos praticados pela autoridade processual, que buscam distorcer a definição do objeto licitado assim como as condições de participação no processo em apreço.

6. Quadro-resumo técnico

- Patrimônio líquido → ✓ atende (6x mínimo legal)
- Base legal PL → ✓ art. 69 Lei 14.133 • LCVM → ✓ válida e ato público
- Revalidação → ✓ mantém MAR-1 de origem
- Consulta IBAMA → ✓ verificável por chave • Diligência → ✓ já saneada
- Assistência técnica → ✓ execução contratual
- Diferença de preço → ✓ R\$ 18,279 milhões / 29,5%
- Economicidade → ✓ manutenção da vencedora preserva erário.

É na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos e a aceitação de um contrato duvidoso que poderia trazer prejuízos à Administração Pública e até mesmo à sociedade como um todo. Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer não só o trabalho até aqui realizado pela Comissão de Licitação e equipe técnica e jurídica, como ressaltar que sua decisão se baseia tão somente no respeito às regras dispostas quando da publicação do instrumento convocatório, as quais, como se sabe, eram de amplo conhecimento de todos os participantes no Pregão.

7. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, resta demonstrado que os argumentos da Recorrente são meramente protelatórios e carecem de fundamento jurídico e técnico. Assim,

a Recorrida requer:

Diante da flagrante inovação recursal e do desvio do objeto do recurso, requer se o não conhecimento do recurso interposto;

No mérito, caso chegue à esta etapa, seja julgado totalmente improcedente, visto que absolutamente desprovido de fatos e provas que lastreem qualquer mácula à absoluta regularidade da decisão do pregoeiro.

Expedição de ofícios com cópia integral deste processo, destinados às autoridades competentes a fim de que seja apurada a eventual ocorrência dos crimes previstos nos Art. 337-F e 337 - I do Código Penal.³

Nestes termos, pede deferimento.

8. MANIFESTAÇÃO ÁREA TÉCNICA

8.1. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

8.2. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão**. Inclusive, dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações**.

8.3. Dada a manifesta insipiência deste pregoeiro e considerando que os documentos que compõem a proposta de preços são de **caráter técnico**, as razões recursais apresentadas pela licitante **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**, inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 foi encaminhada à EPC, **dada a expertise e o conhecimento técnico acerca do objeto em comento**, para análise e julgamento quanto às **especificações** contidas no Termo de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório.

8.4. Por sua vez, a EPC manifestou-se por meio do Relatório Circunstanciado Itens 22 e 25 (SEI nº 50402875) nos seguintes termos:

(...)

SÍNTESE

O recurso administrativo referenciado em epígrafe, interposto pela **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 14.707.364/0001-10**, suscita supostas irregularidade da empresa **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 13.806.854/0001-01**, sob a alegação de supostas irregularidades na documentação apresentada.

Em síntese, a RECORRENTE sustenta o não cumprimento das exigências de habilitação relativas à insuficiência de patrimônio líquido para ofertar proposta para mais de um item, neste certame, conforme cláusula 9.25, do Termo de Referência, bem como ausência de apresentação de LCVM, de acordo com as cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Termo de Referência e ausência de comprovação de assistência técnica para a marca ofertada (LOVOL), em descumprimento à cláusula 5.18, do mesmo Termo de Referência.

No caso em textilha, a RECORRIDA sustenta que venceu de forma limpa, pois

ofertou seu melhor preço em total sintonia com as exigências contidas no edital, e ao final foi declarada vencedora, tendo em vista apresentar a melhor proposta em face do interesse público com base em critérios objetivos estabelecidos no edital de convocação.

ANÁLISE

De início, traz-se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguir-se-á:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

(....)

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.”

Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades:

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE (itens 22 e 25) INSUFICIÊNCIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Sobre o tema, a recorrente argumenta que a empresa SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. apresentou propostas válidas para os itens 22 e 25 do certame. Para o Item 22, o valor total proposto foi de R\$ 46.764.000,00 (quarenta e seis milhões setecentos e sessenta e quatro mil reais), e para o Item 25, o valor total proposto foi de R\$ 15.238.800,00 (quinze milhões, duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais). Desse modo, conforme elucidação da recorrente, o somatório dos valores correspondentes à totalidade da proposta da licitante atinge a expressiva quantia de R\$ 62.002.800,00 (sessenta e dois milhões, dois mil e oitocentos reais). Entretanto, em cotejo com os dados financeiros da empresa, o Balanço Patrimonial referente ao exercício social de 2024 indica Patrimônio Líquido no valor de R\$ 37.601.189,55 (trinta e sete milhões, seiscentos e um mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), valor substancialmente inferior ao exigido pela cláusula 9.25 do Termo de Referência.

A recorrida, ao se manifestar em contrarrazões, alega que cumpriu os requisitos de qualificação econômico-financeira estabelecidos no item 9 do Edital, demonstrando saúde financeira compatível com a execução do contrato. Afirma que a interpretação extensiva pretendida pela Recorrente sobre o somatório de itens visa apenas restringir a competitividade, o que é vedado pela Lei nº 14.133/2021. Não obstante, aduz a evidente tentativa da recorrente de ludibriar o julgador ao citar erroneamente o item 9.25 e distorcer a regra de cálculo.

Nesse contexto, esta EPC ressalta que o item 9.24 do Termo de Referência estabelece que "caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado da contratação". Conforme a literalidade de texto, a consideração de patrimônio líquido está condicionada à obtenção de resultado inferior ou igual a 1 (um) em relação aos índices elencados.

Consoante o relatório de habilitação, verificou-se que a recorrida apresenta

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), tomando-se como referência o Balanço Patrimonial do exercício de 2024, sendo prescindível comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens atinentes à contratação.

A despeito do alegado na via recursal, cumpre destacar que, caso a tese suscitada pela recorrente fosse aplicada ao certame, a própria empresa impugnante restaria inabilitada. Isso porque, tendo se sagrado vencedora em mais da metade dos itens do certame, seu patrimônio líquido não comporta o somatório dos valores adjudicados, contrariando a tese que ela própria defende.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Primeira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE (itens 22 e 25) APRESENTAÇÃO DE LCVM INVÁLIDO

Acerca da suposta irregularidade, a recorrente sustenta que a recorrida apresentou documentação, qual seja a LCVM, que não comprova atendimento às fases exigidas do PROCONVE, fase MAR-I, aplicável aos equipamentos ofertados nos itens 22 e 25. Desse modo, argumenta que não é possível confirmar o atendimento integral às exigências técnicas ambientais previstas nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência.

Em sede de contrarrazões, a recorrida reitera a condição da empresa WANZE como certificadora oficial devidamente contratada pelo fabricante Lovol para a obtenção dos certificados LCVM dos tratores comercializados no Brasil. Esclarece, ainda, que a emissão do documento em nome da certificadora decorre do processo administrativo ambiental brasileiro, no qual a representante técnica responde pela homologação junto aos órgãos competentes. Nesse sentido, afirma a validade do documento e o atendimento às normas ambientais exigidas no Termo de Referência (cláusulas 4.2.3 e 4.2.4) devidamente atestados pela fabricante, não havendo qualquer vício que desclassifique o produto.

Em uma análise dos autos é possível verificar que a documentação de revalidação inicialmente apresentada pela empresa recorrida não continha os dados comprobatórios relativos às exigências do PROCONVE, fase MAR-I, o que motivou a abertura de diligência por este Ministério. Uma vez notificada, a empresa encaminhou os documentos pertinentes, logrando êxito em comprovar o cumprimento das exigências técnicas editalícias. Veja-se:

[imagem]

Compulsando-se os autos, verifica-se que o documento da LCVM apresentado e emitido em 18/12/2025, com validade até 31/12/2026, trata-se de uma revalidação sob o nº 103666, assim sendo a licença original sob o nº 97565 a qual possui a descrição de fase de atendimento do PROCONVE: MAR-I.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Segunda Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE (itens 22 e 25) INEXISTÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECÍFICA PARA A MARCA OFERTADA

Em suas razões, a recorrente aduziu que a recorrida apresentou proposta para fornecer tratores da marca LOVOL. Desse modo, a estrita observância do Termo de Referência demandava que a licitante apresentasse documentos que atestassem sua experiência de, no mínimo, 12 meses na prestação de serviços de assistência técnica especificamente para a marca LOVOL. Não obstante, sustenta que os atestados de capacidade técnica e os documentos comprobatórios de experiência acostados aos autos pela licitante não atestam a experiência específica para a marca LOVOL.

Em síntese, em contraponto às alegações da recorrente, a recorrida defendeu o pleno atendimento aos requisitos editalícios ao colacionar atestados de capacidade técnica que comprovam o fornecimento satisfatório de equipamentos similares, cumprindo o critério de experiência prévia. No tocante à assistência técnica, aduz a apresentação de declaração jurídica

vinculante indicando rede de suporte apta a atender as regiões Sul e Nordeste, cumprindo o disposto nos itens 5.17 e 5.18 do Termo de Referência.

Preambularmente, faz-se imperativo distinguir a Declaração de Assistência Técnica do Atestado de Capacidade Técnica. Enquanto a primeira visa garantir a disponibilidade de suporte especializado e a perenidade operacional dos equipamentos durante o período de garantia, assegurando assim a assistência direta da marca ofertada, o segundo destina-se a comprovar a aptidão da licitante e seu histórico no fornecimento de bens análogos aos do objeto licitado.

Enquanto a Declaração de Assistência Técnica é regida pelo item 5.17, o item 9.30 disciplina a qualificação técnica por intermédio dos Atestados de Capacidade técnica, tratando-se de institutos distintos.

Sob esse prisma, observa-se que a licitante apresentou Declaração de Assistência Técnica apta a comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços especializados. O referido documento atesta que a empresa dispõe de infraestrutura própria ou via rede autorizada dotada de estrutura física, estoque de sobressalentes, ferramental técnico e logística veicular, além de mão de obra qualificada, assegurando o pleno atendimento e a garantia dos bens no Estado/Região em que os bens serão destinados.

Ademais, a licitante logrou comprovar sua qualificação técnica mediante a apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Referidos documentos discriminam fornecimentos e serviços que ratificam a expertise da empresa em objetos de natureza e complexidade similares ao certame, atendendo ao requisito de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item adjudicado. Ressalte-se que, para fins de habilitação, o item 9.30.1.2.2 do instrumento convocatório estabelece a plena similitude entre todos os maquinários objetos do certame, consolidando a validade da prova técnica apresentada. Nesta seara, a demonstração de capacidade técnica independe da marca dos produtos ou equipamentos utilizados.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Terceira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

Diante do exposto, **conhece-se do recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade, opinando-se pelo seu não provimento, em sua integralidade.**

É o relatório.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. A finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

9.2. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

9.3. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão.** Inclusive,

dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações.**

9.4. Conforme pode ser observado no pronunciamento da EPC, quanto aos pedidos relativos as supostas irregularidades apontadas pela recorrente, **a área técnica opinou para que o recurso seja conhecido e negado o seu provimento em sua integralidade.**

9.5. Nesse sentido, com arrimo na manifestação da EPC (SEI nº 50402875), uma vez que esta possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** as manifestações da recorrida SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01, em sede de contrarrazões, frente aos argumentos da recorrente XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, proferidos em suas razões recursais, por seus próprios fundamentos, amparando-se ainda no que prescreve o [Acórdão nº 1217/2023 - Plenário do TCU](#), Relator Ministro Benjamin Zymler, que assim estabelece:

Ementa: É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios.

10. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

10.1. Por todo o exposto, recebo os recursos interpostos por atender aos requisitos de admissibilidade. Contudo, seus argumentos não suscitam viabilidade de reconsideração dos procedimentos adotados.

10.2. Com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais da licitante **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10**, para, **no mérito**, **NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO** que declarou a licitante **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01** vencedora dos Itens 22 e 25 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.

10.3. Submeto os autos à consideração superior para conhecimento, análise e decisão dos recursos administrativos em pauta.

Brasília/DF, na data da assinatura.

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

Ciente e de acordo com os pressupostos fáticos trazidos à baila pelo pregoeiro ao longo deste expediente.

Considerando a instrução processual e a decisão de não procedência do pregoeiro, com arrimo nas atribuições conferidas na alínea "b" do inciso II do artigo 1º da [Portaria SE/MAPA nº 59/2025](#) e com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais da licitante **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**,

inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 para, **no mérito**, **NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO DO PREGOEIRO** que declarou a licitante **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA inscrita no CNPJ 13.806.854/0001-01** vencedora dos Itens 22 e 25 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.

Restituam-se os autos à Coordenação de Gestão de Licitações (CLIC) para conhecimento e demais providências.

ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
Coordenadora-Geral de Aquisições

Processo número: 21000.042507/2025-77

Documento SEI nº: 50542724



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 20/02/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA, Coordenadora-Geral**, em 20/02/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **50542724** e o código CRC **128C8EEF**.